



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

LEI MUNICIPAL Nº 1.196/2004, DE 09/11/2004

"Fixa o subsídio dos Vereadores do Município de Coxim-MS e dá outras providências".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COXIM, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e consoante às disposições insertas na Constituição Federal, faz saber que o soberano plenário aprovou e ele promulga e publica a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o subsídio mensal dos Vereadores do Município de Coxim-MS, para a legislatura 2005 a 2008, fixado no valor de R\$3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), observado o limite de 30% dos subsídios dos Deputados Estaduais, consoante informações constantes de certidões de deputados e da Assembléia Legislativa/MS, que noticiam os subsídios dos parlamentares estaduais ora em R\$ 15.502,50 (Quinze mil, quinhentos e dois reais e cinquenta centavos).

Art. 2º - O subsídio dos Vereadores não poderá ultrapassar ao índice percentual de 5% da receita do Município, observando ainda o duodécimo mensal deste Poder Legislativo e as disposições insertas na Lei Complementar Federal nº 101 e demais normas legais pertinentes.

Art. 3º - O subsídio mensal do Presidente da Mesa Diretora, fica fixado em R\$4.200,00 (Quatro mil e duzentos reais) e o subsídio mensal do 1º Secretário da Mesa Diretora fica fixado em R\$4.000,00 (Quatro mil reais).

Art. 4º - A ausência do Vereador à Sessão Ordinária, ou a sua não participação na ordem do dia da sessão legislativa realizada, implicará no desconto de $\frac{1}{4}$ do valor do seu subsídio mensal para cada falta verificada, salvo justificativa apresentada tempestivamente ou consoante permissão regimental.

Art. 5º - No período do recesso legislativo, os subsídios mensais serão pagos de forma integral.

Art. 6º - O comparecimento efetivo as sessões extraordinárias realizadas no período de recesso legislativo será remunerado na proporção de $\frac{1}{4}$ do subsídio mensal para cada sessão, até o máximo de quatro, observada a disponibilidade efetiva de recursos para a realização das despesas com a finalidade.

Art. 7º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta da seguinte dotação orçamentária 3.1.90.11 – Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil, consignada no orçamento do Poder Legislativo Municipal em cada exercício financeiro.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 2005, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Coxim-MS, 09/ Novembro/ 2004.

Nacyr Proença
Presidente